FL. 14

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

2020

ANO:

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR DANIEL VIANA JÚNIOR
TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
MODALIDADE:	TELEPRESENCIAL
UNIDADE CORRECIONADA	11ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA
DATA DE INSTALAÇÃO DA VT:	22/01/1993
JUIZ TITULAR:	NARAYANA TEIXEIRA HANNAS
TITULAR DESDE:	08/06/2018
DATA DE INSTALAÇÃO PJE:	14/02/2013
PERÍODO CORRECIONADO:	01/07/2019 a 31/03/2020

EQUIPE CORRECIONAL		
SERVIDOR	FUNÇÃO	
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional	
Alisson Moura Luduvice	Assistente	
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente	
Kátia Maria Salgado do Nascimento	Assistente	
Luana Carvalho Arantes	Assistente	
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente	
Rodrigo Ribeiro de Camargo	Assistente	

1 -DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2017	2018	2019	2020
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	2.074	1.558	1.775	388
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	2.162	2.052	1.814	352
3	Produção	104%	132%	102%	91%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	1.996	1.878	1.739	414
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	996	535	531	572
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	1.991	1.645	1.677	1.650
				•	
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	22%	16%	14%	55%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	29%	19%	19%	61%
				1	
9	Execuções iniciadas	651	642	507	154
10	Execuções encerradas	488	782	614	135
11	Execuções baixadas	963	845	622	101
12	Execuções pendentes de encerramento	1.513	1.252	1.068	1.095
13	Execuções pendentes de baixa	2.187	1.864	1.786	1.848
14	Execuções no arquivo provisório	742	642	802	813
45	T d	700/	070/	070/	000/
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	73%	67%	67%	92%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	81%	73%	74%	93%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	41%	41%	42%	42%
18	Índice de conciliação da unidade	35%	39%	38%	40%

^{*} Dados extraídos do sistema e-Gestão.

^{**} Dados do exercício 2020 referem-se aos meses de janeiro a março.

FL. 16

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE

2.1 - Juízes que atuam na unidade

Juiz Titular	NARAYANA TEIXEIRA HANNAS
Juiz Auxiliar	CARLOS ALBERTO BEGALLES

2.2 - Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O(A) Juiz(íza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região		NÃO
Metropolitana)?	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juízes comparecem à Unidade)*

Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	Х	X	X	X	
Auxiliar fixo	Х	X	X	X	
* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.					

2.4 - Audiências

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas	SIM	NÃO
pelos Juízes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?		x
Forma de revezamento:		

2.4.3 - Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		Х

2.4.4 - Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	90
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	92

^{*} Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 - Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta processos na fase de execução para tentativa de acordo?	Х	

FL. 17

2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	452
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	0
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	53

^{*} Dado apurado em 13/05/2020.

2.6 - Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correcionado	52
--	----

^{*} Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 - Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar	-	-

2.6.3 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	6	0
Sentença na fase executória	4	0
Embargos de declaração	6	0

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data da Conclusão	Atraso em Dias	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDEN	TES FORA DO P	RAZO	0

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE*

3.1 - Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7°, da CLT – 30 dias)	76	72
Ordinário	266	139

3.2 - Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo	21	13
Ordinário	38	22

3.3 – Prazo médio para prolação de sentencas da fase executória	Na última visita correcional**	No período correcionado
3.3 – Frazo medio para proiação de semenças da rase executoria	9	2

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correcionado
	5	1

3.5 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correcionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	5	6
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	-	-

3.6 - Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

D''.	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional **	No período correcionado
Sumaríssimo	27	32
Ordinário	39	46

^{*} Dados fornecidos pelo sistema e-Gestão.

^{*} A última visita correcional foi realizada em 10/07/2019 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 01/07/2018 e 30/06/2019.

4 - SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO

4.1 - Estrutura da Secretaria

4.1.1 - Quadro de Pessoal

Nome	Função	Situação
FAUSTTO GOMES DA ROCHA	Diretor de Vara do Trabalho	Efetivo
SÉRGIO HENRIQUE ALVES MARTINS DUARTE	Assistente II	Efetivo
ANA KARLA VALIM BORGES	Assistente III	Efetiva
ALLYNE AQUINO DE SÁ	Secretário de Audiência	Efetiva
GISELLE FELIX DA SILVA POHLMANN	Secretário de Audiência	Efetiva
LUCAS RIBEIRO CASTRO	Assistente de Juiz	Efetivo
PATRICIA DE JESUS ROCHA MONTEIRO	Assistente de Juiz	Efetiva
RAIMUNDO ARAUJO MELO FILHO	Assistente de Diretor	Efetivo
DYOVANA BRITO DE ÁVILA TEIXEIRA		Efetiva
JARDEL LOPES DA SILVA		Efetivo
MARCELLE SERBÊTO MEDINA DA SILVA		Efetiva
NORMA LILIAN GOMES DE MOURA		Efetiva
ROBERTA FRANCO DE ANDRADE RESENDE		Efetiva

^{*} A unidade não possui claro de lotação.

4.1.2 - Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	17
Notebooks	3
Impressoras	2
Multifuncionais	2
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	0

4.3 - Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	x
Consumo racional de energia elétrica	х
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	х
Aproveitamento de papel usado como rascunho	х
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	х
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	x
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	

5 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução suspensa, execução encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Oficio Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	x		
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe-JT, conforme constatado nas correições permanentes realizadas no período correcionado?	Х		
3	A Unidade confere os dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe-JT, conforme disposto no artigo 19, parágrafo 3º da Resolução CSJT nº 185/2017?	Х		
4	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe-JT e a petição inicial (Resolução CSJT nº 185/2017)?		х	
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC?	x		
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		

7	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)?	x		
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	Х		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	~		
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.			
11	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.			
12	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		x	
13	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?	v		
14	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	x		
15	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	Х		

16	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	×		
17	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?			
18	A Secretaria da Vara, havendo depósito nos autos, procede ao recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, preenchida com o código 2801 ou 2909, e intima a empresa para a apresentação da GFIP no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício à Secretaria da Receita Federal? (parágrafo 5º do artigo 177 do PGC).	х		
19	A Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 6º do PGC?	Х		
20	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea "j" da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria- Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)			
21	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC?	Х		
22	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?			
23	O Juízo procede à inclusão do SÓCIO no polo passivo da execução APÓS a decisão final do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (artigo 855-A da CLT e artigos 133 a 137 do CPC)?	Х		
		<u> </u>	<u> </u>	

24	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	X		
25	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8°, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	х		
26	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	~		
27	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)	×		Lucas Ribeiro de Castro – Proc. 13096/2018 – Portaria 2078/2018 - Servidor Estável; Dyovana Brito de Avila Teixeira – Proc.14739/2018 – Portaria 14739/2018 – Estável; e Roberta Franco de Andrade Rezende – Proc. 1477/2020 – Portaria SGPE Nº 309/2020 - Servidora estável.
28	O Juiz, sempre que possível, profere sentenças condenatórias líquidas, conforme disposto no artigo 1º da Recomendação 04/2018 da Corregedoria- Geral da Justiça do Trabalho?		Х	

6 - CONVÊNIOS 6.1 - Convênios

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD/SABB	X		
RENAJUD/DETRANET	X		
INFOJUD	X		
CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE-CNIB	Χ		
CONECTIVIDADE/CEF	Χ		
CONVÊNIO DE ACESSO AOS SALDOS E EXTRATOS DE CONTAS JUDICIAIS NA CEF	×		
CCS-CADASTRO DE CLIENTES DE SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL		Х	·

6.2 – Utilização do sistema BACENJUD*

Comparação entre Varas do Trabalho do TRT18ª Região	SISTEMA BACENJUD 2.0 Quantidade de bloqueios comandados no período correicionado: Julho de 2019 a Março de 2020			
De 1501 a 2000	Por número de protocolizações	Por número de réus/ executados		
2ª VARA DO TRABALHO DE APARECIDA DE GOIÂNIA	153.128	381.705		
1ª VARA DO TRABALHO DE APARECIDA DE GOIÂNIA	138.960	305.014		
10ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	129.713	283.781		
5ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	127.171	338.708		
2ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	123.803	262.781		
1ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	118.075	278.412		
11ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	108.645	239.080		
15° VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	103.739	203.105		
9ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	87.251	187.959		
4ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	74.551	153.743		
17º VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	73.786	164.175		
18ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	71.463	157.402		
VARA DO TRABALHO DE JATAÍ	68.692	145.115		
14º VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	67.253	144.143		
13° VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	66.920	231.579		
7º VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	66.454	173.692		
VARA DO TRABALHO DE CALDAS NOVAS	60.205	138.782		
3º VARA DO TRABALHO DE ANÁPOLIS	57.652	128.092		
8º VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	54.161	112.271		
3ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	54.025	106.612		
12º VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	49.650	116.337		
6º VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	49.605	112.898		
4º VARA DO TRABALHO DE ANÁPOLIS	48.729	97.628		
VARA DO TRABALHO DE SÃO LUIS DOS MONTES BELOS	42.610	86.618		
VARA DO TRABALHO DE INHUMAS	40.966	82.833		
3º VARA DO TRABALHO DE APARECIDA DE GOIÂNIA	40.141	64.534		
VARA DO TRABALHO DE GOIATUBA	30.334	55.498		
VARA DO TRABALHO DE GOIANÊSIA	29.810	54.389		
2ª VARA DO TRABALHO DE ANÁPOLIS	29.212	111.829		
VARA DO TRABALHO DE GOIÁS	24.828	41.202		
VARA DO TRABALHO DE CERES	18.172	28.245		

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL

7.1 - Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior

Recomendação	Cumpriu?		Observações	
The state of the s	SIM	NÃO	Observações	
7.1.1 - A adoção de providências visando a redução do prazo médio para entrega da prestação jurisdicional nos processos que tramitam no rito ordinário, apurado em 266 dias ao final de 2018, conforme anotado no item 5.3 desta ata, para patamares inferiores à meta regional de 180 dias.	х			
7.1.2 - Que a Secretaria adote, em todos os processos, digitais ou físicos, as determinações constantes da Resolução Administrativa nº 81/2008, que trata da gestão documental na 18ª Região da Justiça do Trabalho, indicando a inexistência de pendências, cuidando para a correta classificação dos autos e documentos quando de seu arquivamento definitivo, inclusive a classificação da modalidade de guarda dos autos, se intermediária ou permanente, indicando os respectivos prazos de guarda, conforme a tabela de temporalidade aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio da Resolução nº 67/2010 e nos termos do artigo 336 do PGC (item 7.2 – 1 do Relatório de Correição);	x			

7.2 - Constatações decorrentes da inspeção processual

Constatações

Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza Check List para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de quarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC

ATSum-0011847-47.2017.5.18.0011: ATOrd-0011649-10.2017.5.18.0011: 46.2017.5.18.0011; ATSum-0010203-06.2016.5.18.0011; ATOrd-0010327-81.2019.5.18.0011; ATSum-0011406-32.2018.5.18.0011; ATSum-0011261-73.2018.5.18.0011; ATOrd-0010701-68.2017.5.18.0011; ATSum-0011994-10.2016.5.18.0011 e ATOrd-0010631-51.2017.5.18.0011). Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho lança no sistema PJe os valores decorrentes da execução, relativos a crédito trabalhista, recolhimentos previdenciários, custas e/ou outros efetivados nos autos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATOrd-0011649-10.2017.5.18.0011; ATSum-0011847-47.2017.5.18.0011; ATOrd-0010017-2 46.2017.5.18.0011; ATSum-0010203-06.2016.5.18.0011; ATOrd-0010327-81.2019.5.18.0011; ATSum-0011406-32.2018.5.18.0011; ATSum-0011261-73.2018.5.18.0011; ATOrd-0010701-68.2017.5.18.0011; ATSum-0011994-10.2016.5.18.0011 e ATOrd-0010631-51.2017.5.18.0011). Nos processos a seguir relacionados e analisados em 05/05/2020, por meio do SIVI (Sistema de Investigação de Valores e Informações), ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se a existência de saldo em depósitos judiciais vinculados aos processos arquivados a partir de 15/02/2019, em DESACORDO com o disposto no artigo 1°, do Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n° 01/2019 (processos: ATOrd-0012074-08.2015.5.18.0011 (saldo: R\$1.461,56); ATSum-0012240-06.2016.5.18.0011 (saldo: R\$423,64); ATOrd-0011119-69.2018.5.18.0011 (saldo: R\$389,15) e ATOrd-0011100-97.2017.5.18.0011 (saldo: R\$7.515,97). Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: ÁTOrd-0011257-02.2019.5.18.0011; ATOrd-0011533-33.2019.5.18.0011; ATSum-0011385-22.2019.5.18.0011; ATSum-0011429-ATSum-0010983-38.2019.5.18.0011; 41.2019.5.18.0011; ATSum-0011503-95.2019.5.18.0011; 0010892-45.2019.5.18.0011 e ATSum-0011746-39.2019.5.18.0011). Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças e/ou lança o movimento de trânsito no sistema eletrônico, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: ATOrd-0011257-02.2019.5.18.0011; ATOrd-0011533-5 ATSum-0011385-22.2019.5.18.0011; ATSum-0011429-41.2019.5.18.0011; 33.2019.5.18.0011: 0010983-38.2019.5.18.0011; ATSum-0011503-95.2019.5.18.0011; ATSum-0010892-45.2019.5.18.0011 ATSum-0011746-39.2019.5.18.0011). Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que, na Vara do Trabalho, são proferidas sentenças NÃO líquidas (processos: ATOrd-0011257-02.2019.5.18.0011; ATOrd-0011533-6 ATSum-0011385-22.2019.5.18.0011; 33.2019.5.18.0011; ATSum-0011429-41.2019.5.18.0011; ATSum-0011503-95.2019.5.18.0011; ATSum-0010892-45.2019.5.18.0011 0010983-38.2019.5.18.0011: ATSum-0011746-39.2019.5.18.0011). Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pelo Vara do Trabalho, são cumpridas as disposições do artigo 81 do PGC, porquanto as atas/decisões homologatórias

contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade da entrega

da GFIP, nos termos do art. 177 do mesmo diploma normativo (processos: ATSum-0010952-18.2019.5.18.0011; ATSum-0011819-11.2019.5.18.0011; ATSum-0011189-52.2019.5.18.0011; ATOrd-0011263-09.2019.5.18.0011 e

7

ATOrd-0011244-37.2018.5.18.0011).

Cód. Autenticidade 400219368380

8	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-0010723-58.2019.5.18.0011; ATSum-0011420-79.2019.5.18.0011; ATSum-0010810-14.2019.5.18.0011; ATSum-0011067-39.2019.5.18.0011; ATSum-0010952-18.2019.5.18.0011 e ATSum-0011819-11.2019.5.18.0011).
9	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados (processos: ATSum-0010723-58.2019.5.18.0011; ATSum-0011420-79.2019.5.18.0011; ATSum-0010810-14.2019.5.18.0011; ATOrd-0010716-66.2019.5.18.0011; ATSum-0011067-39.2019.5.18.0011; ATSum-0010952-18.2019.5.18.0011; ATSum-0011189-52.2019.5.18.0011 e ATOrd-0011263-09.2019.5.18.0011).
10	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se a FALTA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL, sem justificativa, nas pastas correspondentes às tarefas do sistema PJe, por período superior a 100 dias, conforme dados extraídos do sistema SAOPJE em 29/05/2020 (processos: ATOrd-0010320-26.2018.5.18.0011, ATSum-0010348-28.2017.5.18.0011, ATOrd-0010811-33.2018.5.18.0011, ATSum-00101678-88.2018.5.18.0011, ATOrd-0010112-13.2016.5.18.0011, ATSum-0011003-97.2017.5.18.0011, ATOrd-0010259-34.2019.5.18.0011 e ATSum-0011789-44.2017.5.18.0011).
11	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho, mediante decisão judicial, determina o arquivamento provisório dos autos no caso de omissão do exequente em informar diretrizes para o prosseguimento da execução, nos termos do artigo 11-A da CLT (processos: ATSum-0011425-38.2018.5.18.0011; ATOrd-0011031-31.2018.5.18.0011; ATSum-0010654-60.2018.5.18.0011; ATSum-0011216-69.2018.5.18.0011 e ATSum-0011357-88.2018.5.18.0011).
12	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o movimento "ARQUIVADOS OS AUTOS PROVISORIAMENTE", cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATSum-0011425-38.2018.5.18.0011; ATOrd-0011031-31.2018.5.18.0011; ATSum-0010654-60.2018.5.18.0011; ATSum-0011216-69.2018.5.18.0011 e ATSum-0011357-88.2018.5.18.0011).
13	Não foram encontrados processos no período correcional para verificação dos procedimentos previstos no PGC, artigos 181 a 188.
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o disposto no parágrafo 6º do artigo 177 do PGC (processos: ATOrd-0010017-46.2017.5.18.0011; ATSum-0010876-67.2014.5.18.0011; ATOrd-0010499-57.2018.5.18.0011 e ATSum-0010226-78.2018.5.18.0011).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e/ou às custas arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATOrd-0010017-46.2017.5.18.0011; ATSum-0010876-67.2014.5.18.0011; ATOrd-0010020-06.2014.5.18.0011; ATOrd-0010499-57.2018.5.18.0011 e ATSum-0010226-78.2018.5.18.0011).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Vara do Trabalho observa o procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 177 do PGC, de intimar o reclamado, após o recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, a comprovar o envio da respectiva GFIP, no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício previsto no parágrafo 6º do referido artigo (processos: ATOrd-0010017-46.2017.5.18.0011; ATSum-0010876-67.2014.5.18.0011; ATOrd-0010020-06.2014.5.18.0011; ATOrd-0010330-75.2015.5.18.0011; ATOrd-0010499-57.2018.5.18.0011 e ATSum-0010226-78.2018.5.18.0011).

Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e CNIB, além de outros me bens do executado antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A da CLT), c expedição de mandado de penhora e avaliação, cumprindo, portanto, o disposto na Recoi SCR 1/2018 (processos: ATSum-0011452-21.2018.5.18.0011; ATSum-0010733-39.2018.5.0011262-58.2018.5.18.0011 e ATOrd-0010223-26.2018.5.18.0011).	eios de se encontrar como, por exemplo, mendação TRT 18ª
Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se intimadas para manifestação acerca dos cálculos, cumprindo o disposto no artigo 879, § 2º, a ATOrd-0010855-18.2019.5.18.0011; ATOrd-0010882-98.2019.5.18.0011; ATSum-0010761-70.2019.5.18.0011 e ATSum-0011021-50.2019.5.18.0011).	da CLT (processos:
Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou Trabalho não inicia a execução de ofício (processos: ATOrd-0010855-18.2019.5.18.0011 98.2019.5.18.0011; ATSum-0010340-80.2019.5.18.0011; ATSum-0010761-70.2019.5.18.0011021-50.2019.5.18.0011).	1; ATOrd-0010882-
Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou Trabalho instaura o INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDIC seguindo o disposto nos artigos 855-A da CLT e 301 do CPC – instauração a pedido do exeq do sócio no polo passivo; não utilização de medida cautelar sem os requisitos necessários (0010658-97.2018.5.18.0011; ATOrd-0010223-26.2018.5.18.0011 e ATSum-0010779-28.2018	A de forma correta, juente; não inclusão processos: ATSum-
Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a 11ª Vara do Trabalho de Goiânia Público do Trabalho (MPT) das audiências iniciais designadas e/ou das sentenças prof homologados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou assim o disposto no artigo 346 do Provimento Geral Consolidado da 18ª Região (processo 77.2020.5.18.0011; ATOrd 0010284-13.2020.5.18.0011 e ATSum-0010135-17.2020.5.18.001	feridas/dos acordos i idosos, cumprindo os: ATAlc-0010422-
Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum–0011219-87.2019.5.18.0011; 72.2019.5.18.0011; ATSum–0011117-65.2019.5.18.0011; ATSum–0011001-59.2019.5. 0010842-19.2019.5.18.0011; ATOrd–0010696-75.2019.5.18.0011 e ATOrd–0011146-33.2019	cumprindo assim o ATSum-0011123- 18.0011; ATOrd-
Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o d do PGC (processos: ATSum-0011219-87.2019.5.18.0011; ATSum-0011123-72.2019.5.0011117-65.2019.5.18.0011; ATSum-0011001-59.2019.5.18.0011; ATOrd-0010842-19.2019.0010696-75.2019.5.18.0011 e ATOrd-0011146-33.2019.5.18.0006).	lisposto no artigo 49 .18.0011; ATSum–

Cód. Autenticidade 400219368380

PGC 117- 696-	
a os s de Ord–	
Vara go 49 Ord–	
usa la os sim o)033-	
endo do a ssim,	
cada CPC, Ord- Ord- Ord-	
que	
que,	

25	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: ATSum-0011219-87.2019.5.18.0011; ATSum-0011117-65.2019.5.18.0011; ATSum-0011001-59.2019.5.18.0011; ATOrd-0010696-75.2019.5.18.0011 e ATOrd-0011146-33.2019.5.18.0006).
26	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho usa certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença e os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: ATSum-0011219-87.2019.5.18.0011; ATSum-0011123-72.2019.5.18.0011; ATSum-0011117-65.2019.5.18.0011; ATSum-0011001-59.2019.5.18.0011; ATOrd-0010842-19.2019.5.18.0011; ATOrd-0010696-75.2019.5.18.0011 e ATOrd-0011146-33.2019.5.18.0006).
27	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo o recebimento dos recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: ATOrd–0012058-88.2014.5.18.0011; ATOrd–0010033-39.2013.5.18.0011 e ATOrd–0010478-57.2013.5.18.0011).
28	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATOrd-0012058-88.2014.5.18.0011; ATOrd-0010033-39.2013.5.18.0011 e ATOrd-0010478-57.2013.5.18.0011).
29	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho usa certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença, bem como mencionando ainda os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo assim o disposto no artigo 128 do PGC (processos: ATOrd–0012058-88.2014.5.18.0011; ATOrd–0010033-39.2013.5.18.0011 e ATOrd–0010478-57.2013.5.18.0011).
30	Verificando o relatório constante do sistema SAOPJE, no que pertine à 11ª Vara do Trabalho de GOIÂNIA, tendo como parâmetro os últimos 100 dias, constatou-se que a unidade LANÇA no sistema informatizado a movimentação processual referente à devolução da carta precatória ao Juízo deprecante, não resultando, assim, em pendência no sistema e-Gestão.
31	Nos processos a seguir relacionados, com INSTRUÇÃO ENCERRADA, NÃO constatou-se a demora injustificada na remessa dos autos CONCLUSOS para a prolação da sentença, cumprindo o disposto no artigo 228 do CPC, aplicado subsidiariamente ao Processo do Trabalho (processos: ATOrd-0011257-02.2019.5.18.0011; ATOrd-0011533-33.2019.5.18.0011; ATSum-0011385-22.2019.5.18.0011; ATOrd-0010358-38.2018.5.18.0011; ATOrd-0011130-64.2019.5.18.0011; ATOrd-0011304-73.2019.5.18.0011; ATOrd-0011468-38.2019.5.18.0011 e ATOrd-0011572-30.2019.5.18.0011).
32	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre 03/02/2020 e 12/03/2020, constatou-se que o atraso médio para o início das audiências é de 03 (três) minutos.
33	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre 03/02/2020 e 12/03/2020, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda a quinta-feira.